



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciências da Informação e Documentação

Departamento de Administração

## TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**CONTABILIDADE AMBIENTAL: FERRAMENTA PARA DECISÕES SUSTENTÁVEIS. Uma análise a partir de Relatórios Anuais do Banco do Brasil S/A.**

**ADRIANA LOURENÇO MEDEIROS**

Brasília – DF

2011

Universidade de Brasília  
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciências da Informação e Documentação  
Departamento de Administração

## TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**CONTABILIDADE AMBIENTAL: FERRAMENTA PARA DECISÕES SUSTENTÁVEIS. Uma análise a partir de Relatórios Anuais do Banco do Brasil S/A.**

**ADRIANA LOURENÇO MEDEIROS**

Professor Supervisor: Dra. Selma Lúcia de Moura Gonzales

Professor Tutor: Dra. Fabrícia Faleiros Pimenta

Monografia apresentada ao Departamento de Administração como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração, na modalidade à distância, pela Universidade de Brasília (UnB).

Brasília – DF

Junho/2011

Medeiros, Adriana Lourenço.

Contabilidade Ambiental: ferramenta para decisões sustentáveis. Uma análise a partir de Relatórios Anuais do Banco do Brasil S/A. / Adriana Lourenço Medeiros. Brasília, 2011.

41 p.: il.

Monografia (Especialização) – Universidade de Brasília, Departamento de Administração, 2011.

Orientadora: Fabrícia Faleiros Pimenta, Dra.

1. Sustentabilidade Ambiental 2. Gestão Ambiental 3. Contabilidade Ambiental.

Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciências da Informação e Documentação

Departamento de Administração

**CONTABILIDADE AMBIENTAL: FERRAMENTA PARA DECISÕES SUSTENTÁVEIS. Uma análise a partir de Relatórios Anuais do Banco do Brasil S/A.**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Administração da Universidade de Brasília da  
aluna

**ADRIANA LOURENÇO MEDEIROS**

Dra. Selma Lúcia de Moura Gonzales  
Professora Supervisora

Dra. Fabrícia Faleiros Pimenta  
Professora Tutora

Brasília, 11 de junho de 2011.

Dedico o meu trabalho a minha família que, com seus cuidados, me acompanharam durante essa trajetória.

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para a minha formação acadêmica: ao Criador, familiares, professores, amigos e a toda equipe da UAB/EAD/UnB.

Pai, guarde o verde que ainda resta neste chão, a vida neste ar, nos ares e mares, e faça ressoar em todos os corações a voz das aves a cantar canções de paz”.

José Dias Goulart

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é verificar a utilidade da Contabilidade Ambiental como uma ferramenta capaz de subsidiar decisões ambientalmente sustentáveis. O referencial teórico utilizou-se de conceitos de Nascimento (2008), Brundland (1987), UNCTAD (2000), Ferreira et al. (2009), Ludícibus (2009) e Braga et al. (2007), dentre outros. Por meio de pesquisa exploratória com enfoque descritivo, foi efetuado um levantamento bibliográfico que levou às conceituações apresentadas. A identificação do Relatório Anual como instrumento de divulgação de informações contábeis ocorreu por pesquisa documental. Os Relatórios Anuais do Banco do Brasil S/A, referentes aos anos de 2005 a 2009, foram comparados ao modelo de evidenciação ambiental proposto pelo ISAR/UNCTAD, a fim de se verificar o potencial informativo da Contabilidade, como uma ferramenta gerencial útil para a tomada de decisões ambientalmente sustentáveis. As informações resultantes do procedimento comparativo foram tratadas sob análise de conteúdo, de caráter qualitativo. Os resultados identificaram a viabilidade do uso da Contabilidade Ambiental como fonte de informações econômico-financeiras, verificando que sua utilidade se estende aos diversos usuários e não somente aos agentes internos à organização. As vantagens decorrentes do uso desta ferramenta são de ordem econômica, como a possibilidade de medição e gerenciamento dos eventos ambientais, e de caráter estratégico, a exemplo da evidenciação do nível de comprometimento da organização com a questão ambiental. Contudo, identificou-se a necessidade de haver fomento à normatização contábil de temática ambiental, de forma que propicie comparabilidade das informações divulgadas entre as empresas, ou entre períodos. Além disso, é desejável que o processo normativo valorize os conceitos de sustentabilidade ambiental. Os resultados são relevantes porque validam o uso da Contabilidade Ambiental como uma ferramenta gerencial capaz de fomentar a sustentabilidade ambiental por meio da evidenciação de informações econômico-financeiras de natureza ambiental.

Palavras-chave: Sustentabilidade Ambiental, Gestão Ambiental, Contabilidade Ambiental.

## **ABSTRACT**

The objective of this study is to test the usefulness of environmental accounting as a tool capable of supporting environmentally sustainable decisions. The theoretical concepts used to Birth (2008), Brundtland (1987), UNCTAD (2000), Ferreira et al. (2009), Iudícibus (2009) and Braga et al. (2007), among others. Through descriptive exploratory research approach, a literature review was conducted that led to the concepts presented. The identification of the Annual Report as an instrument of disclosure statements was a documental research. The Annual Reports of the Bank of Brazil S / A for the years 2005 to 2009 were compared to the model of environmental disclosure proposed by ISAR / UNCTAD, in order to verify the potential of accounting information as a management tool useful for environmentally sustainable decision making. The information resulting from the procedure were treated in comparative content analysis of qualitative character. The results indicate the feasibility of using environmental accounting as a source of economic and financial information, noting that its usefulness extends to many users, not just the agents inside the organization. The advantages of using this tool are economic, such as the possibility of measurement and management of environmental events, and strategic nature, such as the level of disclosure of the organization's commitment to environmental issues. However, we identified the need for promoting the standardization of accounting environmental issues, so that provides comparability of disclosures between companies or between periods. Moreover, it is desirable that the regulatory process values the concepts of environmental sustainability. The results are relevant because they validate the use of environmental accounting as a management tool capable of promoting environmental sustainability through the disclosure of economic and financial information of environmental nature.

Keywords: Sustainable Development, Environmental Management, Environmental Accounting.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
1.1	Tema e problema de pesquisa.....	9
1.2	Objetivos da pesquisa .....	12
1.2.1	Objetivo geral .....	12
1.2.2	Objetivos específicos.....	12
1.3	Justificativa teórico-prática .....	13
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>14</b>
2.1	A Sustentabilidade Ambiental .....	14
2.2	A Contabilidade e a Gestão Ambiental .....	16
2.3	Contabilidade Ambiental: conceito, normas e evidenciação .....	20
2.3.1	Conceito .....	20
2.3.2	Normas.....	22
2.3.3	Evidenciação .....	23
2.4	O modelo ISAR/UNCTAD de evidenciação das informações ambientais.....	24
<b>3</b>	<b>MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA</b> .....	<b>26</b>
3.1	Tipo e descrição geral da pesquisa .....	26
3.2	Caracterização da organização, setor ou área do objeto de estudo.....	27
3.3	População e amostra (ou participantes do estudo) .....	27
3.4	Instrumento(s) de pesquisa.....	27
3.5	Procedimentos de coleta e de análise de dados.....	27
<b>4</b>	<b>APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	<b>28</b>
4.1	Sustentabilidade Ambiental – uma visão conceitual.....	28
4.2	Comparação dos Relatórios Anuais com o modelo ISAR/UNCTAD de evidenciação.....	29
4.3	Análise da evidenciação ambiental do Banco do Brasil S/A, de 2005 a 2009.....	35
4.4	Contabilidade Ambiental: ferramenta para decisões sustentáveis .....	40
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>41</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>41</b>
	<b>APÊNDICE A - Complemento do Quadro 5: Comparação dos Relatórios Anuais do Banco do Brasil S/A, de 2005 a 2009, com critérios do ISAR/UNCTAD de evidenciação ambiental</b> .....	<b>44</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Tema e problema de pesquisa

Três bilhões e meio de dólares<sup>1</sup> correspondem ao dispêndio financeiro da Exxon Corporation com os trabalhos de restauração do meio ambiente e indenizações particulares, em virtude do vazamento de 258 mil barris de petróleo nas costas do Alasca, em 1989. O naufrágio do super-petroleiro EXXON-VALDEZ rendeu à empresa incalculáveis prejuízos de imagem, segundo Lima (2001, p.179).

O acidente ambiental relatado foi responsável pelo comprometimento dos ecossistemas locais, provocando a morte de milhares de animais nativos (Lima, 2001, p.179), e resultou em degradação ambiental capaz de afetar a qualidade de vida das gerações atuais e futuras, daquela região.

Diante desse contexto, o conceito de sustentabilidade ganha destaque, ao implicar na “capacidade de manter, por um longo período de tempo indeterminado, a base dos recursos necessários para a sobrevivência de futuras gerações” (JACINTHO, apud EVANGELISTA, 2010, p.31).

Do ponto de vista ambiental, a idéia de sustentabilidade permeia as organizações em seu ambiente interno, e em suas relações com o micro e com o macroambiente.

Segundo Nascimento (2008, p. 12), o Desenvolvimento Sustentável é um conceito que remete ao macroambiente, junto com as definições dos impactos ambientais e das ações de promoção da sustentabilidade, no âmbito global.

A visão de Desenvolvimento Sustentável está pautada sob os pilares da “prosperidade econômica, qualidade ambiental e equidade social” (UNCTAD, apud FERREIRA et al., 2009, p.194), e a idéia de Sustentabilidade Ambiental relaciona-se à “capacidade de suporte, resiliência e resistência dos ecossistemas” (SACHS, apud IPEA, 2010, P.30).

<sup>1</sup>montante divulgado pela empresa em abril de 1999 (LIMA, 2001, p.178).

Considerando a relação existente entre as atividades humanas de cunho econômico e o atual cenário de desequilíbrio ambiental, destaca-se o alerta de Nascimento (2008, p. 23) sobre a necessidade de se “aprender a valorizar, manter e desenvolver o nosso patrimônio ambiental (ou capital natural) de tal maneira que possamos viver de sua renda e não de seu capital”.

Nesse contexto, e observando que “o controle e a preservação ambiental são mensuráveis e passíveis de contabilização e informação à sociedade” (RIBEIRO E MARTINS, apud FERREIRA et al, 2009, p.179), a vertente ambiental da Contabilidade surge como uma ferramenta com potencial para subsidiar decisões ambientalmente sustentáveis.

Assim, o presente estudo propõe-se a verificar a utilidade da Contabilidade Ambiental como uma ferramenta capaz de subsidiar decisões ambientalmente sustentáveis.

Para atingir esse objetivo, iniciou-se buscando uma conceituação do tema Sustentabilidade Ambiental, a fim de estabelecer sua relação com a Contabilidade.

O papel da Contabilidade no âmbito da Gestão Ambiental foi apresentado, para se chegar ao conceito de Contabilidade Ambiental, como uma ferramenta gerencial útil para a tomada de decisões ambientalmente sustentáveis.

A descrição da abordagem Contabilidade Ambiental veio em seguida, a partir de seu conceito, normas e evidenciação, acompanhada da apresentação do modelo de evidenciação das informações ambientais proposto pelo ISAR/UNCTAD<sup>2</sup>.

O modelo de evidenciação proposto pelo grupo ISAR/UNCTAD foi objeto de análise comparativa com a evidenciação ambiental do Banco do Brasil S/A (os Relatórios Anuais de 2005 a 2009), como forma de ilustrar a utilidade da ferramenta Contabilidade Ambiental para o processo decisório dos diversos usuários das informações de natureza ambiental.

<sup>2</sup>ISAR/UNCTAD - International Standards Accounting Reporting/United Nations Conference on Trade and Development (Padrões internacionais de Contabilidade/Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento. Grupo de trabalho intergovernamental formado por especialistas em Contabilidade e mantido pela Organização das Nações Unidas – ONU. (FERREIRA, 2009, p.193).

A escolha de uma instituição financeira para um estudo sobre informações ambientais foi decorrente de seu potencial de colaboração para um cenário de sustentabilidade ambiental das empresas. Essa colaboração pode ocorrer através do fomento a atividades produtivas sustentáveis ou mesmo pela disseminação de novos conceitos e práticas ambientalmente sustentáveis, em seu segmento de atuação.

A opção pelo modelo de evidenciação proposto pelo ISAR/UNCTAD ocorreu pela relevância e amplitude de seus conceitos, e por tratar-se de recomendações acerca das melhores práticas de evidenciação ambiental, respaldadas pela Organização das Nações Unidas – ONU.

Dessa forma, a pesquisa buscou responder a seguinte questão: A Contabilidade Ambiental é uma ferramenta útil para o processo de tomada de decisões ambientalmente sustentáveis?

## **1.2 Objetivos da pesquisa**

### **1.2.1 Objetivo geral**

Verificar a utilidade da Contabilidade Ambiental como uma ferramenta capaz de subsidiar decisões ambientalmente sustentáveis.

### **1.2.2 Objetivos específicos**

- ✓ Elaborar uma visão conceitual do tema Sustentabilidade Ambiental, a fim de estabelecer sua relação com a Contabilidade.
- ✓ Demonstrar o papel da Contabilidade no âmbito da Gestão Ambiental.
- ✓ Apresentar a vertente Contabilidade Ambiental e o modelo de evidenciação proposto pelo ISAR/UNCTAD.
- ✓ Demonstrar a utilidade da evidenciação ambiental para o processo decisório dos usuários, pelos resultados identificados na comparação entre as informações contidas nos Relatórios Anuais (2005-2009) do Banco do Brasil e os critérios previstos no modelo ISAR/UNCTAD de evidenciação ambiental.

### **1.3 Justificativa teórico-prática**

A sociedade brasileira tem demonstrado preocupação com os recentes impactos de desequilíbrios ambientais. O conceito de sustentabilidade ambiental surge como uma alternativa para esse cenário de desequilíbrios, à medida que se baseia na melhor exploração dos recursos naturais, gerando redução de custos (importante viés econômico) e privilegiando a utilização de fontes renováveis.

Alinhado à percepção da importância de se melhor gerir os recursos naturais, Nascimento (2008, p. 23) enfatiza a necessidade de se “aprender a valorizar, manter e desenvolver o nosso patrimônio ambiental (ou capital natural) de tal maneira que possamos viver de sua renda e não de seu capital”.

Considerando o viés econômico desse contexto, o presente estudo propõe-se a verificar a utilidade da Contabilidade Ambiental como uma ferramenta capaz de subsidiar decisões ambientalmente sustentáveis.

A importância da pesquisa consiste em demonstrar a função instrumental da Contabilidade, e de sua vertente Ambiental, para os gestores ambientais e demais agentes que necessitam de informações econômico/financeiras de natureza ambiental para subsidiar suas decisões ligadas à sustentabilidade ambiental.

Além disso, ao apresentar um panorama atual da vertente Contabilidade Ambiental, a pesquisa reforça a necessidade de aperfeiçoamento das normas brasileiras de divulgação de informações ambientais.

A relevância do tema é percebida ao se observar a dinâmica da sociedade atual na busca por soluções sustentáveis para os desequilíbrios ambientais, com discussões que supõem a reavaliação dos modelos de desenvolvimento econômico e dos processos produtivos.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A Sustentabilidade Ambiental

A sociedade atual tem promovido discussões sobre a necessidade de se estabelecer um modelo de desenvolvimento econômico com sustentabilidade. Nascimento (2008, p. 16-21) aponta algumas variáveis que justificam essa necessidade:

- ✓ a percepção acerca do caráter finito de recursos renováveis e não renováveis, mas essenciais ao estilo de vida atual;
- ✓ os impactos decorrentes do crescimento populacional no planeta, como por exemplo a diminuição dos espaços, o consumo crescente de energia e as dificuldades para destinação e tratamento adequados para os resíduos gerados; e
- ✓ os desequilíbrios climáticos observados em inúmeras regiões do planeta e intensificados nas últimas décadas.

O conceito de sustentabilidade fornece uma nova perspectiva sobre essa realidade, ao implicar na “capacidade de manter, por um longo período de tempo indeterminado, a base dos recursos necessários para a sobrevivência de futuras gerações” (JACINTHO, apud EVANGELISTA, 2010, p.31).

O Desenvolvimento Sustentável, segundo a Comissão de Brundland<sup>1</sup>, é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.”

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (apud NASCIMENTO, 2008, p.17-21) vislumbra o cenário de Desenvolvimento Sustentável composto pelas dimensões econômica, social e ambiental, visando, em um sentido mais amplo, a promoção da harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza.

<sup>1</sup>Relatório de Brundland – Relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, instituído pela Assembléia Geral das Nações Unidas.

Nascimento (2008, p.21) ratifica esse entendimento ao afirmar que o tripé básico no qual se apóia a idéia de desenvolvimento sustentável é representado pela “atividade econômica, meio ambiente e bem-estar da sociedade”.

A UNCTAD (apud FERREIRA et al., 2009, p.194) declara que o desenvolvimento sustentável está construído em três pilares: “prosperidade econômica, qualidade ambiental e equidade social”, e o define como sendo a satisfação das necessidades presentes “sem comprometer a habilidade das gerações futuras em satisfazer suas próprias necessidades”.

Pelos conceitos apresentados, percebe-se que a sustentabilidade ambiental tem papel significativo em um contexto de desenvolvimento, juntamente com a sustentabilidade das atividades econômicas e da responsabilidade social.

Devido à natureza de suas atividades, as empresas, públicas ou privadas, são agentes sociais no processo de desenvolvimento. Souza (apud FERREIRA et al., 2009, p. 26) enfatiza essa condição, ressaltando que essa atribuição independe da vontade das organizações.

O atual conceito de Gestão Ambiental considera o tratamento dos impactos ambientais, oriundos das atividades geradoras de produtos e serviços, além do cumprimento da legislação ambiental vigente e da melhoria contínua do desempenho ambiental da empresa, segundo Nascimento (2008, p.25). Esses elementos, segundo o autor, devem nortear os procedimentos previstos em um SGA – Sistema de Gestão Ambiental (Environmental Management System – EMS).

A “clara decisão de melhorar cada vez mais o seu desempenho com relação ao ambiente natural” também é enfatizada pelo SENAI (apud NASCIMENTO, 2008, p.103) que a indica como sendo a essência da gestão ambientalmente responsável, podendo resultar em benefícios econômicos, caso os processos produtivos sejam reformulados sob esse enfoque.

Além dos aspectos relativos ao uso eficiente dos recursos naturais, a sustentabilidade prevê um viés ético, diante das gerações futuras. Quanto a isso, Martinez-Alier (apud LIMA, 2001, p. 312) aponta a necessidade de se ter uma “atitude ética diante das gerações vindouras” na alocação de recursos, considerando

que “as gerações presentes detêm todos os direitos sobre os ativos e deveriam explorá-los eficientemente” (NORGAARD, apud LIMA, 2001, p.312).

## **2.2 A Contabilidade e a Gestão Ambiental**

Segundo Ferreira et al (2009, p.192), a Contabilidade é uma “ciência que estuda a mensuração do patrimônio das entidades e das variações que nele ocorrem dentro de um intervalo de tempo e que visa a continuidade das mesmas”.

A característica da Contabilidade, de se mensurar eventos dentro de um intervalo de tempo, fornece aos tomadores de decisão uma comparabilidade temporal dos dados capaz de viabilizar um melhor controle e efetividade desses eventos.

Dessa forma, a informação oriunda da Contabilidade possibilitará o aprimoramento quantitativo e qualitativo dos bens produzidos à medida que “toma o pulso do empreendimento e compara uma situação inicial com outra mais avançada no tempo”, como descreve Ludícibus (2009, p.16).

Para Ludícibus (2009, p.6), o “objetivo básico dos demonstrativos financeiros é prover informação útil para a tomada de decisões econômicas”. Assim, a Contabilidade pode ser vista como uma ciência “essencialmente utilitária, no sentido de que responde, por mecanismos próprios, a estímulos dos vários setores da economia”, segundo o autor (p.29).

A fim de atender a usuários e necessidades distintas, é necessário que a informação contábil contenha os seguintes atributos: tempestividade, integralidade, confiabilidade, comparabilidade e compreensibilidade (SILVA, 2007, p.44).

Ainda sobre a relevância da informação contábil, Ludícibus (2009, p.54) ressalta que “o valor de uma empresa como um todo é estimado pelo mercado e pelo investidor, pela expectativa que ele traça sobre taxas de juros presentes e futuras, pelo risco do empreendimento, pelo horizonte do empreendimento e por outras variáveis, algumas de julgamento muito subjetivo, que cabe à Contabilidade

ajudar a delinear, por meio de uma informação fidedigna do passado e do presente e de uma evidenciação de fluxos futuros potenciais relevantes (por exemplo, fluxo de caixa futuro)”.

Para viabilizar essas estimativas, o mercado depende de uma comunicação eficaz e tempestiva, por parte da empresa. O Relatório Anual é um dos instrumentos utilizado pelas organizações para a divulgação dessas informações.

Em uma abordagem sistêmica, a Contabilidade pode ser definida como o método de identificar, mensurar e comunicar informação econômica, financeira, física e social, a fim de permitir decisões e julgamentos adequados por parte dos usuários da informação, constituindo-se em um “instrumento básico de gestão e, na verdade, um dos principais”, segundo Ludícibus (2009, p.10-18).

Ludícibus (2009, p.10-18) explica que a decisão quanto à utilidade, ou não, da informação está associada ao tipo de usuário e ao modelo decisório, e acrescenta que o modelo decisório é “influenciado pela informação disponível ou que, historicamente, tem sido utilizada pelos usuários (p.6).

Os usuários da informação contábil são os *stakeholders*, apresentados<sup>2</sup> pelo Instituto Ethos durante a Conferência Internacional Empresas e Responsabilidade Social (realizada em 2005, em São Paulo) com sendo:

[...] partes interessadas, ou seja, qualquer indivíduo ou grupo que possa afetar o negócio, por meio de suas opiniões ou ações, ou ser por ele afetado [...]. Há uma tendência cada vez maior em se considerar *stakeholder* quem se julgue como tal, e em cada situação a empresa deve procurar fazer um mapeamento dos *stakeholders* envolvidos.

A fim de ilustrar o uso das informações de natureza contábil pelos usuários, ou *stakeholders*, no quadro 1 são elencados diversos tipos de usuários, associados ao tipo de informação de seu interesse.

<sup>2</sup> Apresentação disponível em <[http://www.ethos.org.br/CI/apresentacoes/apresentacoes\\_10-06/BeatGruninger-GestaoDeDialogos.pdf](http://www.ethos.org.br/CI/apresentacoes/apresentacoes_10-06/BeatGruninger-GestaoDeDialogos.pdf)>. Acesso em: 25.mai 2011.

Quadro 1: Associação do tipo de informação contábil ao usuário.

Usuário da Informação Contábil	Meta que Desejaria Maximizar ou Tipo de Informação mais Importante
Acionista minoritário	fluxo regular de dividendos.
Acionista majoritário ou com grande participação	fluxo de dividendos, valor de mercado da ação, lucro por ação.
Acionista preferencial	fluxo de dividendos mínimos ou fixos.
Emprestadores em geral	geração de fluxos de caixa futuros suficientes para receber de volta o capital mais os juros com segurança.
Entidades governamentais	valor adicionado, produtividade, lucro tributável
Empregados em geral, como assalariados	fluxo de caixa futuro capaz de assegurar bons aumentos ou manutenção de salários com segurança; liquidez.
Média e alta administração	retorno sobre o ativo, retorno sobre o patrimônio líquido; situação de liquidez e endividamento confortáveis.

Fonte: Ludícibus (2009, p.5).

São princípios que norteiam a elaboração das demonstrações financeiras, segundo o CFC – Conselho Federal de Contabilidade (apud SILVA, 2007, p. 32-36): entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, atualização monetária, competência e prudência.

O princípio da continuidade é assim descrito por Silva (2007, p.33):

Quando as demonstrações financeiras são preparadas, devemos supor a continuidade no futuro da entidade. Se existir a possibilidade de que a entidade encerre suas operações em data próxima, isso pode afetar a forma como alguns ativos e passivos são apresentados ou avaliados pela contabilidade.

Percebe-se o caráter de sustentabilidade desse princípio, quando supõe que deva haver a continuidade do futuro da entidade. Assim, a Contabilidade se coaduna com a visão de desenvolvimento sustentável que, por sua vez, propõe o uso racional dos recursos naturais, sem esgotá-los.

Sob o aspecto econômico, a conceituação da Contabilidade “ganha realce macroeconômico, tendo participação efetiva no processo de alocação de recursos, no sentido de que, quanto melhor a qualidade da informação, mais eficientes, em tese, as decisões de investimento, contribuindo para a eficiente alocação de recursos dentro da economia”, segundo Ludícibus (2009, p.69).

Quanto à relação da Contabilidade com a ciência administrativa, Ludícibus (2009, p.71) descreve que a Contabilidade está envolta por “tecido econômico e gerencial, com suas aplicações comportamentais, sociais, ambientais etc.” O autor aponta que “mesmo a ciência administrativa, todavia, seria incompleta, caótica e incomunicável se não existisse uma linguagem universal dos negócios e um modelo de mensuração de resultados, como a Contabilidade, a apoiá-la” (p.67).

Assim também é a temática ambiental, dentro das organizações. Ela tem implicações em diversos processos, tanto de ordem econômica como estratégica. Por isso, necessita de comunicação eficaz de suas variáveis, a fim de se permitir o gerenciamento adequado.

A comunicação das informações aos usuários, a fim de subsidiar o processo decisório, ocorre através da evidenciação contábil, que é o “instrumento através do qual se torna possível realizar análises quanto aos resultados obtidos pela entidade” (segundo BRAGA et al. ,2007, p.67).

É necessário considerar que a evidenciação, sob o enfoque quantitativo, deva ser adequada, justa e plena, afirma Ludícibus (2009, p.111) ao tratar sobre a Teoria da Contabilidade. Já no aspecto qualitativo (p.112), o autor ressalta a dificuldade de se estabelecer o “ponto de corte” entre a relevância, ou não, de determinada informação para o processo decisório, em função de subjetividades.

Ainda sobre a Contabilidade, Ludícibus alerta para o fato de que se deve fornecer “a informação relevante para o usuário” sem pretensão de “invadir o campo do investidor, substituindo-o em todas as avaliações subjetivas do modelo decisório e do risco” (p.113).

Quanto à Gestão Ambiental, vista sob um enfoque evolutivo, identifica-se uma trajetória que parte do simples cumprimento de exigências legais para um enfoque pró-ativo, no desenvolvimento dos sistemas produtivos com atuação ambientalmente responsável, descreve Nascimento (2008, p.25-26). Segundo o autor, a viabilidade econômica da gestão ambientalmente responsável fica evidente com a redução de custos oriunda da otimização no uso de recursos, na produção, validando assim a compatibilidade entre a ecologia e a economia.

Para Braga et al. (2007, p.14), gestão ambiental significa “incorporar à gestão estratégica da organização princípios e valores que visem ao alcance de um modelo de negócio focado no desenvolvimento sustentável.”

Ferreira (apud BRAGA et al. 2007, p.15) apresenta o objetivo maior da gestão ambiental como sendo o de “propiciar benefícios à empresa que superem, anulem ou diminuam os custos das degradações, causados pelas demais atividades da empresa e, principalmente, pela área produtiva.”

Donaire (apud BRAGA et al. 2007, p.16), apresenta os benefícios resultantes da gestão ambiental como sendo de natureza econômica ou estratégica.

Para que as entidades cumpram seus compromissos com o desempenho ambientalmente saudável, é necessário que adotem um Sistema de Gestão Ambiental - SGA, que ofereça “ordem e consistência” aos esforços da organização, voltados para a “alocação de recursos, definição de responsabilidades, avaliações correntes das práticas, procedimentos e processos” (BRAGA et al., 2007, p.19),

A demonstração à sociedade dos compromissos que combinem o desenvolvimento com a proteção do meio ambiente tem sido feita pelas empresas pela criação de departamentos para “gerir as questões socioambientais”, além da utilização de “relatórios de ações sociais e ambientais” (Ferreira et al., 2009, p.172-175).

Ferreira et al (2009, p.172-175) esclarece ainda que “muitas informações apresentadas nos relatórios anuais (Demonstrações Contábeis, Balanço Social, DVA e Relatório Ambiental) são fornecidas pela Contabilidade”.

## **2.3 Contabilidade Ambiental: conceito, normas e evidenciação**

### **2.3.1 Conceito**

Aprender a “valorizar, manter e desenvolver o nosso patrimônio ambiental (ou capital natural) de tal maneira que possamos viver de sua renda e não de seu capital” (NASCIMENTO, 2009, p.23) são premissas para o Desenvolvimento Sustentável.

Aliado a essa visão de desenvolvimento, surge o construto da Contabilidade Ambiental, com a função de “fornecer informações econômico-financeiras de natureza ambiental para o processo de gestão ambiental e, subsidiariamente, para o processo de gestão empresarial”, segundo Ferreira et al. (2009, p.175).

Entende-se por informações econômico-financeiras de natureza ambiental aquelas que “alteram o patrimônio das entidades econômica e financeiramente e resultam dos efeitos provocados no meio ambiente por suas atividades operacionais.” (FERREIRA et al., 2009, p.175).

Ressaltando que a Contabilidade Ambiental seria uma especialização da Contabilidade, Ferreira et al (2009, p.175) apresenta o conceito dessa vertente, definido pelo Environmental Reporting Guidelines (Government of Japan):

[...] uma estrutura que quantitativamente estima os esforços de conservação ambiental em termos monetários. É também uma das técnicas significativas que podem indicar o estado de conservação ambiental para os *stakeholders*.

Como “esforços de conservação ambiental” infere-se, pelas palavras de Tinoco e Kraemer (apud FERREIRA et al., 2009, p.175), tratar-se dos custos, as despesas, os passivos e ativos ambientais que serão objeto de registro, acumulação, mensuração, avaliação e divulgação pela Contabilidade.

A possibilidade de “indicar o estado de conservação ambiental” para os usuários é resultante do processo de evidenciação ou *disclosure*<sup>3</sup> que, segundo Ludícibus, Hendriksen e Van Breda (apud FERREIRA et al., 2009, p.197), corresponde à divulgação de informações sobre o desempenho das entidades nas questões ambientais, além de toda informação que afete o meio ambiente e o patrimônio dessas organizações.

O quadro 2 demonstra uma classificação para a Contabilidade Ambiental.

CLASSIFICAÇÃO	Contabilidade NACIONAL	Contabilidade FINANCEIRA	Contabilidade GERENCIAL
ENFOQUE	MACROECONÔMICO, foco nas contas nacionais de um país.	USUÁRIO EXTERNO à empresa.	USUÁRIO INTERNO da empresa.

Quadro 2: Classificação da Contabilidade Ambiental, a partir do enfoque.

Fonte: EPA - Environmental Protection Agency e Nossa (apud FERREIRA et al., 2009, p.176).

<sup>3</sup>*Disclosure* - “instrumento através do qual se torna possível realizar análises quanto aos resultados obtidos pela entidade” (BRAGA et al.,2007).

A Conferência Rio-92, no documento Agenda 21 Global, propõe o desenvolvimento e a adoção de “sistemas nacionais de contabilidade ambiental e econômica integrada”, com o objetivo de integrar sustentabilidade ao manejo econômico.

### 2.3.2 Normas

Segundo a UNCTAD (apud FERREIRA et al., 2009, p.198), não há requerimento legal para as informações ambientais, no Brasil. Entretanto, existem orientações (pronunciamentos e normas contábeis) que tratam da divulgação dessas informações, como se pode observar no quadro 3.

DOCUMENTO	INSTITUIÇÃO	DESCRIÇÃO
Parecer de Orientação nº 15/1987	CVM – Comissão de Valores Mobiliários	Procedimentos a serem observados pelas companhias abertas e auditores independentes na elaboração e publicação das demonstrações financeiras, do relatório da administração e do parecer de auditoria relativos aos exercícios sociais encerrados a partir de dezembro de 1987.
Norma e Procedimento de Auditoria (NPA) nº 11/1996	IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil	Balanco e ecologia. Objetivo: “estabelecer os liames entre a Contabilidade e o Meio Ambiente.
Resolução CFC nº 1.003/2004	CFC – Conselho Federal de Contabilidade	Aprovação da NBC T 15 – Norma Brasileira de Contabilidade, que trata da evidenciação de informações de natureza social e ambiental (em vigor a partir de janeiro/2006).

*Quadro 3: Pronunciamentos e normas contábeis para a evidenciação ambiental, no Brasil.*

Fonte: A autora, fundamentada em Ferreira et al.(2009, p.198).

Ferreira et al. (2009, p.177) apresenta uma categorização da evidenciação ambiental a partir de sua exigibilidade, como sendo obrigatória (se exigida por lei), voluntária (se espontânea) ou involuntária (divulgadas sem autorização da empresa). Ferreira se baseia nos autores Nyquist (2003), Skillius e Wennberg apud Nossa (2002), para essa definição.

A não obrigatoriedade da evidenciação de informações ambientais pode interferir na qualidade de sua evidenciação. Trata-se de um elemento a ser observado na divulgação das empresas atuais, nas quais prevalecem eventos de natureza positiva que mais se assemelham a argumentos de marketing mercadológico.

Quanto à necessidade de normatização adequada para o tratamento das informações contábeis de natureza ambiental, é relevante observar o que diz Iudícibus, na Teoria da Contabilidade (2009, p. 16):

O grau de desenvolvimento das teorias contábeis e de suas práticas está diretamente associado, na maioria das vezes, ao grau de desenvolvimento comercial, social e institucional das sociedades, cidades ou nações.

### **2.3.3 Evidenciação**

A essência da evidenciação ambiental consiste na demonstração das informações sobre fatos e eventos (internos ou não à empresa) que podem afetar o meio ambiente e o patrimônio dessas entidades, além da divulgação de informações sobre o desempenho das organizações, segundo Ferreira et al., 2009, p.175 e 192.

Ferreira et al (2009, p.178) aponta que a evidenciação da informação ambiental é um tema recente, e reconhece ser compreensível que a Contabilidade ainda não tenha classificação conceitual e metodológica para os eventos ambientais.

Ribeiro e Martins (apud FERREIRA et al, 2009, p.179) ressaltam o caráter desafiador de se demonstrar a atuação e o desempenho ambiental das empresas pela Contabilidade e afirmam que “o controle e a preservação ambiental são mensuráveis e passíveis de contabilização e informação à sociedade”.

Entretanto, para se verificar o desempenho de determinada variável, não basta que haja a evidenciação dos seus elementos. É necessário que se permita a comparabilidade dos dados com outros períodos, ou mesmo com outras empresas do mesmo ramo.

## 2.4 O modelo ISAR/UNCTAD de evidenciação da informação ambiental

O ISAR/UNCTAD (apud FERREIRA et al, 2009, p.198) concorda que a Contabilidade necessita desenvolver conceitos e métodos para eventos ambientais, e afirma que “a Contabilidade Ambiental está se tornando cada vez mais relevante para as empresas”.

Segundo Lindstaedt et al (2007, p.11), o modelo de evidenciação ambiental proposto pelo ISAR/UNCTAD, demonstrado no quadro 4, possui detalhamento amplo e suas recomendações de evidenciação abrangem as Demonstrações Contábeis, as notas explicativas, o relatório ambiental, além de evidenciações específicas nos relatórios da presidência, administração e financeiro/operacional.

Esse modelo foi desenvolvido com base nas melhores práticas de evidenciação identificadas em pesquisa promovida pelo ISAR/UNCTAD, e se coaduna com a opinião de diversos pesquisadores (FERREIRA; RIBEIRO; MARTINS; PAIVA; TINOCO; KRAEMER; entre outros), segundo Ferreira et al (2009, p.179), e pode ser utilizado em qualquer ramo de atividade.

Elemento do Relatório Anual	Evidenciação (disclosure) Recomendada	Referência <sup>4</sup>
A. Relatório do Presidente	Compromisso da empresa na contínua melhoria do meio ambiente	A.1
	Melhorias significativas desde o último relatório	A.2
B. Relatório por Segmento de Negócios	Dados segmentados do desempenho das questões do meio ambiente	B.1
	Melhorias nas áreas-chaves desde o relatório anterior	B.2
C. Relatório Ambiental	Declaração da política ambiental	C.1
	Grau mundial de conformidade	C.2
	Questões-chave com as quais a empresa se defronta	C.3
	Responsabilidades organizacionais	C.4
	Dados segmentados de desempenho baseados na utilização de energia, utilização dos materiais, emissões e rotas para disposição de Resíduos	C.5
	Dados específicos do setor, incluindo índices acordados pela indústria (eficiência ecológica)	C.6
	Dados financeiros sobre custos do meio ambiente	C.7
	Estimativas financeiras de economia e benefícios posteriores aos esforços pró ambiente	C.8
	Referências cruzadas com outros relatórios ambientais	C.9

<b>D. Relatório Financeiro e Operacional</b>	Questões-chave do meio ambiente que a empresa defronta a curto e médio prazo	D.1
	Planos para as respectivas abordagens	D.2
	Andamento das abordagens das mudanças exigidas por requisitos legais	D.3
	Níveis atuais e projetados dos dispêndios com as questões ambientais	D.4
	Assuntos legais pendentes	D.5
<b>E. Relatório da Diretoria</b>	Declaração da política ambiental	E.1
<b>F. Divulgação (disclosure) de Políticas Contábeis</b>	Estimativa de provisões e contingências	F.1
	Política de capitalização	F.2
	Política de recuperação de ativos	F.3
	Política de descontaminação e recuperação de terrenos	F.4
	Política de depreciação	F.5
	Demonstração de resultados	F.6
<b>G. Demonstração de Resultado</b>	Despesas excepcionais ligadas ao meio ambiente	G.1
	Outros custos e benefícios ligados ao meio ambiente	G.2
<b>H. Balanço Patrimonial</b>	Provisões ligadas ao meio ambiente	H.1
	Provisões para descontaminação	H.2
	Custos ligados ao meio ambiente, capitalizados	H.3
	Recuperação esperada	H.4
<b>I. Notas Explicativas</b>	Responsabilidades contingentes ligadas ao meio ambiente e às respectivas explicações	I.1
<b>J. Outras Informações</b>		J.1

Quadro 4: *Estrutura de relatório sobre as questões do meio ambiente para o relatório anual.*

Fonte: ISAR/UNCTAD (apud FERREIRA et al., 2009, p.178).

<sup>4</sup>Referência – indicador da recomendação, a ser utilizada na Apresentação e Análise dos Resultados (capítulo 4).

### **3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA**

#### **3.1 Tipo e descrição geral da pesquisa (técnicas de pesquisa ou estratégias escolhidas para coletar os dados)**

Segundo Zanella (2006, p. 19), o método é “o caminho percorrido em uma investigação”. Sendo essencial à realização de trabalhos científicos, sua eficácia consiste na possibilidade de ser aplicável considerando-se as limitações de tempo e de espaço, impostas pelo objeto pesquisado. Assim, deve-se buscar a adequação do método escolhido ao conteúdo da realidade a ser estudada.

A pesquisa exploratória, segundo Minayo (1994, p. 26), é a primeira fase da pesquisa, e permite a aproximação entre pesquisador e o fenômeno estudado, viabilizando a familiarização com suas características predominantes. Isso oferecerá subsídios ao pesquisador, para que descreva os elementos e situações do objeto em estudo de forma mais precisa, com base nas percepções adquiridas e aprimoradas nessa fase.

Gil (1991, p. 46) descreve que as pesquisas podem ser classificadas como estudos exploratórios, descritivos ou explicativos, apesar de geralmente apontarem para objetivos específicos.

Portanto, o presente estudo possui caráter exploratório, com enfoque descritivo, no que tange ao levantamento bibliográfico que levou às conceituações apresentadas e ao modelo de evidenciação escolhido para a pesquisa.

Um estudo de pesquisa qualitativa, segundo NEVES (1996, p.1), supõe um corte temporal-espacial de determinado fenômeno, definindo o campo e a dimensão de desenvolvimento do trabalho por parte do pesquisador.

A técnica de análise de conteúdo, para Chizzotti (apud Zanella, 2006, p.125) é um “método de tratamento e análise de informações colhidas por meio de técnicas de coletas de dados, consubstanciadas em um documento.”

Na presente pesquisa, as informações extraídas dos relatórios anuais da empresa escolhida foram tratadas sob o aspecto qualitativo, sob a técnica de análise de conteúdo.

### **3.2 Caracterização da organização, setor ou área do objeto de estudo**

A organização escolhida para estudo foi o Banco do Brasil S/A, caracterizada como uma sociedade de economia mista que, pela abrangência nacional, possui participação significativa no desenvolvimento econômico e financeiro do país.

O objeto de estudo escolhido é o Relatório Anual do período de 2005 a 2009, disponibilizados no site da empresa, na internet.

### **3.3 População e amostra (ou participantes do estudo)**

A unidade de observação é a análise do Relatório Anual do Banco do Brasil, sendo considerada como fonte secundária de dados, segundo Zanella (2006, p.91) por se tratar de publicação disponibilizada pela empresa.

O período escolhido, de 2005 a 2009, corresponde ao recorte cronológico dos últimos cinco relatórios publicados pela empresa, para viabilizar a análise das informações de forma comparativa, sob aspecto evolutivo.

### **3.4 Instrumento(s) de pesquisa**

A metodologia baseou-se em estudo documental dos Relatórios Anuais do Banco do Brasil S/A, comparados aos critérios previstos no modelo de evidenciação ambiental proposto pelo grupo de especialistas em Contabilidade mantido pela Organização das Nações Unidas, o ISAR/UNCTAD.

### **3.5 Procedimentos de coleta e de análise de dados**

Para a coleta dos dados, foi utilizada pesquisa documental que, segundo Zanella (2006, p.121), possuem disponibilidade aliada a baixo custo de utilização.

Quanto ao procedimento de análise dos dados, registre-se que não houve pretensão de se obter julgamentos conclusivos acerca das informações divulgadas pela empresa objeto desse estudo, mas analisar a capacidade informativa da evidenciação ambiental, que ocorre nos Relatórios Anuais, subsidiando o processo decisório baseado na sustentabilidade ambiental.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1 Sustentabilidade Ambiental – uma visão conceitual

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (apud NASCIMENTO, 2008, p.17-21) considera que um cenário de Desenvolvimento Sustentável é composto pelas dimensões econômica, social e ambiental.

Nascimento (2008, p.21) ratifica esse entendimento ao afirmar que o tripé básico no qual se apóia a idéia de desenvolvimento sustentável é representado pela “atividade econômica, meio ambiente e bem-estar da sociedade”.

Em tese, a combinação desses três aspectos (econômico, social e ambiental) contribui para a continuidade da empresa ao longo do tempo, ou seja, contribui para a sustentabilidade, segundo Coral (apud Gomes et al, 2010, p.244).

O conceito de sustentabilidade, segundo (JACINTHO, apud EVANGELISTA, 2010, p.31), implica na “capacidade de manter, por um longo período de tempo indeterminado, a base dos recursos necessários para a sobrevivência de futuras gerações”.

Quanto à variável ambiental, verifica-se a sua importância para a sustentabilidade por ser considerada como um dos três pilares do Desenvolvimento Sustentável.

A variável ambiental também é identificada na definição de sustentabilidade empresarial do Instituto Ethos<sup>1</sup> (apud URSINI&BRUNO, 2005, p.32). Segundo o Instituto, é atribuição das empresas a tarefa de “assegurar o sucesso do negócio a longo prazo e ao mesmo tempo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da comunidade, um meio ambiente saudável e uma sociedade estável.

Pelos conceitos apresentados, percebe-se que a sustentabilidade ambiental tem papel relevante e significativo em um contexto de desenvolvimento, juntamente com a sustentabilidade das atividades econômicas e da responsabilidade social.

<sup>1</sup>Instituto Ethos – é uma organização sem fins lucrativos, caracterizada como Oscip (organização da sociedade civil de interesse público), com missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável.

A participação da sustentabilidade ambiental em um modelo de desenvolvimento econômico é percebida quando se atribui às empresas a tarefa de produzir rentabilidade e ao mesmo tempo “contribuir para o desenvolvimento econômico e social da comunidade, um meio ambiente saudável e uma sociedade estável” (ETHOS, apud URSINI&BRUNO, 2005, p.32).

Ao identificar que a Contabilidade está aliada à tarefa de identificar, mensurar e comunicar informação econômica, financeira, física e social a fim de permitir decisões e julgamentos adequados por parte dos usuários da informação (Iudícibus, 2009, p.10-18), compreende-se o seu papel como instrumento de gestão.

Com base no exposto, infere-se que a Contabilidade pode ser vista como uma ferramenta que contribui para a sustentabilidade ambiental à medida que fornece informações (econômica, financeira, física e social, de natureza ambiental) adequadas à tomada de decisão com essa finalidade.

#### **4.2 Comparação dos Relatórios Anuais com o modelo ISAR/UNCTAD de evidenciação**

Em 2006, o Banco do Brasil S/A adotou o modelo de Relatório de Sustentabilidade baseado no padrão *Global Reporting Initiative (GRI)*, que corresponde à apresentação pulverizada, ao longo de todo o Relatório Anual, de indicadores de mensuração do desempenho socioambiental.

Para a pesquisa, o uso do modelo de Relatório de Sustentabilidade baseado no padrão *Global Reporting Initiative (GRI)* significa uma disposição diferente dos dados, ou seja, as informações de cunho ambiental aparecem ao longo de todo o relatório, e não de forma segmentada (por elementos), como na proposta do ISAR/UNCTAD.

Esse fato não compromete a metodologia do presente estudo, de verificar se a vertente ambiental da Contabilidade é uma ferramenta importante para a tomada de decisão, pois a empresa não deixou de divulgar informações, somente as dispôs em locais distintos dos previstos no modelo utilizado como parâmetro (ISAR/UNCTAD).

Assim, optou-se por apresentar os dados no quadro 5, a partir da disposição sugerida pelo modelo ISAR/UNCTAD, por ser o parâmetro de análise escolhido para o estudo, sendo mencionado o local do Relatório Anual aonde a recomendação foi divulgada.

Os dados que compõem o quadro 5 representam uma amostra significativa das informações de natureza ambiental publicadas pela empresa, e foram restritos aos critérios de evidenciação sugeridos pelo modelo ISAR/UNCTAD para o elemento **C. Relatório Ambiental** do Relatório Anual. Os dados referentes aos demais elementos do modelo citado são apresentados em apêndice a essa pesquisa.

Elemento do Relatório Anual, conforme proposta do ISAR/UNCTAD	Evidenciação Recomendada pelo ISAR/UNCTAD	Elemento do Relatório Anual, conforme divulgação do BANCO DO BRASIL S/A	Evidenciação Divulgada
C. Relatório Ambiental	C.1 Declaração da política ambiental	Perspectiva Processos Internos	<b>2005</b> A empresa estabelece políticas que norteiam os propósitos e valores do Conglomerado com orientações relativas à responsabilidade socioambiental, entre outras, no sentido de “criar valor para clientes, acionistas, funcionários, Governo e sociedade.
		Perspectiva Processos Internos	<b>2006</b> A empresa informa que a definição de suas estruturas e processos observa os “impactos socioambientais de sua atuação”;
		Perspectiva Processos Internos	A empresa informa não adquirir participação em empresas que infrinjam preceitos relativos à preservação ambiental.
		Perspectiva Sociedade	Declaração da empresa de dispor de política interna que consolida diretrizes socioambientais para a condução dos negócios (reunidas na Carta de Princípios de Responsabilidade Socioambiental).
		Perspectiva Sociedade	Estabelecimento de política adicional de relacionamento com fornecedores e parceiros baseados também na preservação ambiental.
		Apresentação do Relatório	<b>2009</b> A empresa declara que seus negócios e práticas seguem princípios que aliam a responsabilidade socioambiental à rentabilidade, assegurando uma atuação comprometida com o futuro do planeta.
		Desempenho Socioambiental	A empresa declara que as políticas socioambientais da empresa foram apresentadas na COP 15 - Conferência das Partes sobre mudanças climáticas, realizada pela ONU em Copenhagen – Dinamarca.
	C.2 Grau mundial de conformidade	Perspectiva Sociedade	<b>2005</b> Adesão aos princípios do Pacto Global que prevêem o alinhamento das políticas e práticas

			com os valores e objetivos aplicáveis internacionalmente e acordados universalmente.
		Apresentação do Relatório	<b>2007</b> O relatório é resultado do segundo ano de trabalho da empresa para adequar sua prestação de contas à terceira geração das diretrizes do <i>Global Reporting Initiative (GRI)</i> , modelo de Relatório de Sustentabilidade reconhecido internacionalmente.
		Apresentação do Relatório	<b>2008</b> Pelo terceiro ano consecutivo, a empresa mantém a estratégia de prestação de contas à sociedade segundo os indicadores GRI, aplicando a partir de 2008 os indicadores do Suplemento para o Setor Financeiro.
		Apresentação do Relatório  Desempenho Socioambiental	<b>2009</b> Divulgação do relatório de acordo com o padrão GRI-G3, da metodologia GRI para o Relatório de Sustentabilidade, utilizada internacionalmente, facilitando comparabilidade ao longo do tempo e entre empresas distintas.  O grau de conformidade não é citado, mas há referência à sua atuação com “alto nível de responsabilidade social” no reconhecimento recebido da Universidade das Nações Unidas, decorrente do programa Estratégia DRS - Desenvolvimento Regional Sustentável, que possui elementos que “poderiam ser aplicados com sucesso em outros países.
	<b>C.3</b> Questões-chave com as quais a empresa se defronta	Perspectivas 2008  Perspectivas 2008	<b>2007</b> Decorrente de sua atuação, a empresa espera participar do índice <i>Dow Jones</i> de Sustentabilidade.  Como desafio, a empresa vislumbra promover o desenvolvimento sustentável.
	<b>C.4</b> Responsabilidades organizacionais	Apresentação do relatório  Perspectiva Sociedade  Perspectiva Sociedade	<b>2005</b> A Responsabilidade Socioambiental é citada como sendo um dos valores da empresa.  Declaração de efetuar disseminação da Responsabilidade Socioambiental entre altos executivos, junto ao público interno, a comunidades e a organizações produtivas apoiadas pela empresa.  Na qualidade de agente financeiro do MMA <sup>2</sup> e do IBAMA <sup>3</sup> , a empresa atuou no repasse de R\$ 7,6 milhões para programas de proteção ao meio ambiente.
		Apresentação do relatório  Perspectiva Sociedade  Perspectiva Sociedade  Perspectiva	<b>2006</b> A Responsabilidade Socioambiental é citada como sendo um dos valores da empresa.  Incorporação de princípios de responsabilidade socioambiental na prática administrativa e negocial.  Participação de Câmaras Técnicas do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, visando a integração de práticas de sustentabilidade em seus negócios.  Disseminação da Responsabilidade Socioambiental

		Sociedade	em cadeias produtivas e junto a comunidades. Ações descritas no Painel de Ações Sociais, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, estabelecidos pela ONU.
		Apresentação do Relatório	<b>2007</b> A Responsabilidade Socioambiental é citada como sendo um dos valores da empresa.
		Governança Corporativa	A Responsabilidade Socioambiental é um dos compromissos da empresa por sua participação no Novo Mercado da Bovespa (desde maio/2006), que a sujeita às mais rigorosas práticas de governança corporativa.
		Governança Corporativa	A empresa informa que o Conselho de Administração (CA), o mais alto órgão de governança da empresa tem como atribuição aprovar anualmente sobre o Relatório de Sustentabilidade.
		Análise do Desempenho	A empresa informa que divulgará trimestralmente os destaques de sua estratégia de Responsabilidade Socioambiental.
		Com Quem Nos Relacionamos - Concorrentes.	<b>2008</b> Participações em: - Câmaras Técnicas do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável; - Comissão de Responsabilidade Social e Sustentabilidade, da Febraban <sup>4</sup> . - debate e apresentação de sugestões ao Plano Nacional de Mudanças Climáticas, do Governo Federal.
		O Banco do Brasil	<b>2009</b> A Responsabilidade Socioambiental é citada como sendo um dos valores da empresa.
	<b>C.5</b> Descrição dos sistemas e normas internacionais	Índice GRI	<b>2007</b> Descrição Padrão GRI - <i>Global Reporting Initiative</i> , reconhecido internacionalmente, e utilizado pela empresa como modelo de Relatório de Sustentabilidade. Baseado nos indicadores de terceira geração, segundo declaração da empresa.
	<b>C.6</b> Dados segmentados de desempenho baseados na utilização de energia, utilização dos materiais, emissões e rotas para disposição de Resíduos	Perspectiva Sociedade	<b>2005</b> Informação do cumprimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumento da eficácia na utilização de recursos naturais, entre 76 e 100%.
		Perspectiva Sociedade	<b>2006</b> Aprovação da implementação do Programa de Ecoeficiência, para reduzir custos operacionais e impacto das atividades da empresa no Meio Ambiente.
		Balanco Social Anual	Informação do cumprimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumento da eficácia na utilização de recursos naturais, entre 51 e 75%.
		O Banco do Brasil	<b>2008</b> A empresa aderiu ao Programa Brasileiro GHG Protocol, que visa o gerenciamento de emissões de gases do efeito estufa.
		Programa de ecoeficiência	Recondicionamento de 90,7 mil cartuchos de impressoras.

		Programa de ecoeficiência	Divulgação do volume de recursos naturais (papel, água e energia), consumidos em 2007 e 2008.
		Balço Social Anual	Informação do cumprimento das “metas anuais” de uso dos recursos naturais, entre 51 e 75%.
		Desempenho Socioambiental	<b>2009</b> Há citações de que são feitos controles, estimativas e promoção dessas práticas junto a outros parceiros, como fornecedores e até mesmo concorrentes (parcerias para aquisição conjunta de materiais de expediente).
		Desempenho Socioambiental	A empresa divulgou em 2009 seu primeiro inventário de emissões, baseado no Programa Brasileiro GHG Protocol, e informa que desde 2006 adota “ações ecoeficientes”, como o descarte seletivo de resíduos e parceria com cooperativas de catadores.
	C.7 Dados específicos do setor, incluindo índices acordados pela indústria (eficiência ecológica)	Perspectiva Sociedade	<b>2005</b> Criação do BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial, sendo o primeiro fundo ético da empresa e o primeiro fundo do país a ser referenciado no ISE <sup>5</sup> Bovespa.
		Perspectiva Sociedade	Incorporação gradual de indicadores de sustentabilidade socioambiental em seus painéis de acompanhamento estratégico e operacional.
		Intangíveis	Reconhecimentos recebidos por gerar valor de forma social e ambientalmente responsável (Bovespa) e por colaborar para o crescimento econômico do país, sem degradação e com conservação da natureza (ADVB <sup>6</sup> )
		Mensagem da Administração	<b>2006</b> Adoção do modelo de Relatório de Sustentabilidade baseado no padrão Global Reporting Initiative (GRI), com a pretensão de adequar sua publicação às práticas de mercado mais recorrentes, e proporcionar melhor entendimento de seu resultado.
		Perspectiva Sociedade	Recebimento dos reconhecimentos das Nações Unidas, pelo prêmio ODT – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, e do relatório <i>World Wildlife Fund</i> , por ser a instituição financeira que mais investe em políticas socioambientais no país.
		Mensagem do Presidente	<b>2007</b> Permanência da participação da empresa no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).
		Intangíveis	Reconhecimento recebido pelo prêmio <i>Financial Times</i> de Finanças Sustentáveis 2007, categoria Banco Sustentável em Mercados Emergentes – América Latina.
		Governança Corporativa	<b>2008</b> Listado no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), desde o seu lançamento.
		Com Quem Nos Relacionamos - Premiações.	Premiação do Relatório Anual 2006 como o segundo melhor relatório do mundo, na visão do mercado financeiro, segundo a GRI.
		Desempenho Socioambiental	<b>2009</b> Permanência, há cinco anos, na carteira do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa.

	<b>C.8</b> Dados financeiros sobre custos do meio ambiente		<b>2005 a 2009</b> Não verificados.
	C.9 Estimativas financeiras de economia e benefícios posteriores aos esforços	Com Quem Nos Relacionamos - Meio Ambiente.  Com Quem Nos Relacionamos - Item Ecoeficiência.  Com Quem Nos Relacionamos - Item Créditos de Carbono.	<b>2008</b> Com a substituição de boletos físicos por eletrônicos, a empresa irá economizar 1,3 milhão de kWh de energia, no primeiro ano, segundo estimativa.  A empresa economizou R\$ 7,7 milhões em serviços com postagem, emissão de documentos e papel, ao oferecer opção de recebimento, pelos clientes.  Estimativa de US\$ 10 bilhões de demanda por créditos de emissão de carbono em 2010, sendo a expectativa brasileira de ser responsável por 10% dessa quantia. Resultando em oportunidade de negócios para a empresa.
		Análise do Desempenho	<b>2009</b> Há estimativas financeiras (C.9) declaradas em percentuais, de economia com reduções no consumo de água e energia, de 30% e 20%, respectivamente.
	<b>C.10</b> Referências cruzadas com outros relatórios ambientais		<b>2005 a 2009</b> Não verificadas.
	<b>C.11</b> Declaração da verificação independente	Apresentação do Relatório	<b>2008</b> Asseguração e verificação do nível de aplicação dos indicadores GRI pela KPMG Auditores Independentes Ltda.
		O Banco do Brasil	<b>2009</b> Segundo a empresa, todas as informações apresentadas no Relatório Anual, desde 2008, são verificadas por meio de procedimentos de asseguração limitada, com base nas diretrizes GRI, pela KPMG Auditores Independentes Ltda.

Quadro 5: Comparação dos Relatórios Anuais do Banco do Brasil S/A, de 2005 a 2009, com critérios do ISAR/UNCTAD de evidenciação ambiental.

<sup>2</sup>MMA – Ministério do Meio Ambiente.

<sup>3</sup>BAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

<sup>4</sup>Febraban – Federação Brasileira dos Bancos.

<sup>5</sup>ISE Bovespa – Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa).

<sup>6</sup>ADVB – Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing.

### **4.3 Análise da evidenciação ambiental do Banco do Brasil S/A, de 2005 a 2009**

Esse trabalho está no escopo da Contabilidade Ambiental Financeira, de acordo com a EPA – ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY e NOSSA (apud FERREIRA et al, 2009), em função da característica dos documentos estudados, de evidenciar informações a usuários externos à organização.

Na apresentação dos Relatórios Anuais identifica-se a orientação do conteúdo a grupos de usuários: a clientes, a funcionários, a acionistas e analistas e à comunidade. A segmentação está adequada ao objetivo da Contabilidade, de atender a usuários e necessidades distintas, conforme descreve Silva (2007, p.44).

O conteúdo dos Relatórios Anuais do Banco do Brasil S/A, do período de 2005 a 2009, é analisado em três etapas, considerando o código de referência da recomendação (proposta pelo ISAR/UNCTAD), definido no capítulo 2.4 deste estudo.

Inicialmente, o item C. Relatório Ambiental é analisado. Em seguida, os demais elementos do modelo ISAR/UNCTAD são examinados. Por fim, é feita uma avaliação global da evidenciação, incluindo uma breve análise da atuação da empresa diante das questões ambientais, acrescida de comentários sobre o potencial informativo da Contabilidade Ambiental.

#### **ETAPA 1 - C. Relatório Ambiental**

Apesar do grau mundial de conformidade (C.2) da empresa não ter sido declarado, o fato de uma organização como a ONU reconhecer na Estratégia DRS uma iniciativa com elementos que “poderiam ser aplicados com sucesso em outros países”, demonstra que a empresa busca alinhamento a padrões internacionais de atuação na área de sustentabilidade ambiental.

A declaração de “fazer com que a responsabilidade socioambiental permeie todos os processos da empresa” é apresentada como desafio ou questão-chave com a qual a empresa se defronta (C.3), no Relatório Socioambiental. Para o modelo ISAR/UNCTAD de evidenciação, seria uma declaração recomendada para o

Relatório do Presidente. Essa padronização facilita a comparabilidade de empresas, por parte dos leitores do relatório.

Ao informar o cumprimento de “metas anuais” para minimizar resíduos e o consumo dos recursos naturais, através da eficácia no seu uso (C.6), é demonstrada a atuação da gestão ambiental, no âmbito interno à organização.

As divulgações de que a empresa efetuou inventário de emissões e adota o descarte seletivo de resíduos, em parceria com cooperativas de catadores estão em conformidade com recomendações (C.6) previstas no modelo ISAR/UNCTAD, e evidenciam o comprometimento da organização em mitigar riscos advindos das mudanças climáticas.

## ETAPA 2 – Demais Elementos

A divulgação destaca ações importantes da empresa, desde 2005, relacionadas ao meio ambiente, sobretudo quanto à concessão de crédito baseada nos Princípios do Equador (D.1). Um detalhamento maior acerca dos critérios, normas e requisitos ambientais considerados na análise de crédito reforçariam a disseminação dessas práticas e, conseqüentemente, melhor observância pelo mercado.

A oferta de produtos com atributos ambientais (B.1) demonstra a evolução qualitativa da evidenciação, quando a empresa passa a divulgar montantes destinados a esses produtos (a partir de 2007).

O fato de não haver destaques significativos de dispêndios envolvendo questões ambientais (D.4) na evidenciação ambiental da empresa pode ser compreendido por algumas razões, como:

- ✓ o caráter não obrigatório da divulgação;
- ✓ o estágio atual de desenvolvimento da evidenciação ambiental; e
- ✓ o perfil operacional da instituição.

Quanto a isso, o grupo de especialistas ISAR/UNCTAD (apud FERREIRA et al, 2009, p.198) concorda para o fato de que a Contabilidade necessita desenvolver conceitos e métodos para eventos ambientais.

Dessa forma, ao se levar em conta o perfil operacional da empresa estudada, há coerência quando não se identifica estimativas de provisões e contingências (F.1), nem políticas voltadas para a recuperação e depreciação de ativos (F.3 e F.5), nem de descontaminação e recuperação de terrenos (F.4). Já a política de capitalização (F.2), apontando o lançamento de títulos que destinam parte de sua receita a projetos socioambientais, demonstra consonância com a função da empresa, de intermediador financeiro. Eventuais responsabilidades, nesse aspecto, poderiam resultar de uma atuação indireta como empresa poluidora, se sujeitando, portanto, às penalidades previstas na Lei nº 6.938<sup>7</sup>, de 1981.

A Demonstração de Resultado (DRE) é um demonstrativo contábil com padronização prevista em normativos. Para fins de divulgação, ela possui estrutura sintética, e hoje não contempla destaque para eventos de origem ambiental. Isso significa que, caso houvesse despesas excepcionais (G.1) ou outros custos e benefícios (G.2) de natureza ambiental imputados ao resultado da empresa, neste período, seus valores estariam embutidos, em uma visão agrupada (sintética ou resumida), neste demonstrativo. Porém, o detalhamento desses valores poderia ser visualizado em nota explicativa que evidencia esse agrupamento de valores, de forma analítica.

Assim como o item anterior, o Balanço Patrimonial (BP) é um demonstrativo contábil com padronização prevista em normativos, com estrutura sintética para divulgação e sem previsão de destaque para eventos de origem ambiental, atualmente. Eventuais detalhamentos também ocorreriam em notas explicativas.

Caso a empresa possuísse, no período, responsabilidades contingentes ligadas ao meio ambiente e às respectivas explicações (I.1), elas seriam relatadas na nota explicativa nº 31 – Compromissos, Responsabilidades e Contingências, conforme a atual estrutura de notas do documento.

No relatório 'Outras Informações', prevê-se a divulgação de informações e fatos relevantes capazes de impactar econômica e financeiramente a empresa.

Caso houvesse eventos de natureza ambiental com esse potencial, eles poderiam ser objeto de divulgação nesse relatório.

### ETAPA 3 – Análises adicionais

Quanto à evidenciação das recomendações, de forma individual, percebe-se que:

- i. a empresa apresenta bom nível de evidenciação nos itens que prevêm a descrição de compromissos socioambientais, de sua participação em programas voltados à qualidade do meio ambiente e de práticas (e produtos) que fomentam negócios sustentáveis;
- ii. a reduzida evidenciação de estimativas, políticas e dispêndios envolvendo a variável ambiental parece estar alinhada ao perfil da instituição de não possuir atividades operacionais diretamente ligadas a esses eventos.

Já em uma análise global da evidenciação estudada, considerando as recomendações como um todo, infere-se que:

- i. a evidenciação demonstra uma adesão coerente com a declaração da empresa de possuir “constante preocupação em tornar os negócios cada vez mais sustentáveis”, divulgada na mensagem do Presidente da Instituição.
- ii. o nível de comprometimento identificado é relevante, se considerada a não obrigatoriedade de divulgação dessas informações. Isso indica que a empresa pode contribuir significativamente para um cenário de desenvolvimento com sustentabilidade, nas regiões onde atua.
- iii. pelos critérios recomendados pelo modelo ISAR/UNTAD, a evidenciação pode demonstrar informações estratégicas (como políticas, compromissos ou participação em programas) ou econômicas (como os dispêndios envolvendo eventos ambientais).

<sup>7</sup> Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 – Lei de Política Nacional do Meio Ambiente.

- iv. as informações oriundas da Contabilidade Ambiental, através da evidenciação, podem ser úteis aos diversos usuários (clientes, investidores, governo, funcionários e sociedade) e não somente aos usuários internos da organização (administradores e acionistas).

Adicionalmente aos critérios de evidenciação recomendados pelo ISAR/UNCTAD, identificaram-se algumas declarações da empresa que demonstram que a instituição possui potencial para atuar como agente de fomento em práticas voltadas para a sustentabilidade ambiental. São elas:

- i. a empresa “é um dos principais parceiros do Governo Federal na implantação de políticas públicas e ações voltadas para o desenvolvimento social e econômico do país”. Informação divulgada na Apresentação do relatório.
- ii. a empresa acredita que “a sustentabilidade permeia todos os processos da empresa”. Informação divulgada na Apresentação do relatório.
- iii. a empresa declara que sua postura de “indutor de crédito e do desenvolvimento do país” foi decisiva para o Brasil atravessar a recente crise econômica mundial. Informação divulgada no Relatório do Presidente.

Considerando o procedimento de análise apresentado, pôde-se verificar a potencialidade da Contabilidade de tomar o “pulso” de um empreendimento, através da comparação temporal de uma “situação inicial com outra mais avançada no tempo” (Iudícibus, 2009, p.16).

Além disso, verificou-se que a disponibilização de variadas informações (econômicas e estratégicas) por parte da evidenciação possibilita a geração de índices, capazes de permitir a análise do desempenho de organizações sob uma ótica ambiental.

Verificou-se que os elementos dos relatórios anuais, do período estudado, não seguiram exatamente a segmentação apresentada no modelo ISAR/UNCTAD. Isso não significa que as recomendações não tenham sido tratadas em outra parte do documento.

#### **4.4 Contabilidade Ambiental: ferramenta para decisões sustentáveis**

A Agenda 21<sup>8</sup> Global, em seu capítulo 35, reconhece o papel das ciências como apoio ao manejo prudente do meio ambiente “e desenvolvimento para a sobrevivência diária e desenvolvimento futuro da humanidade”. Trata-se de uma manifestação coerente com o papel exercido pela vertente ambiental da Ciência Contábil, de auxiliar os diversos usuários a tomarem decisões envolvendo o capital natural.

A Contabilidade Ambiental, ao tratar de informações econômico-financeiras, permite a medição e, conseqüentemente, o gerenciamento dos eventos de natureza ambiental, caracterizando uma vantagem econômica do uso dessa ferramenta.

Ao evidenciar fatos e eventos com potencial para impactar o meio ambiente e o patrimônio, a evidenciação ambiental permite visualizar ameaças e oportunidades do empreendimento, favorecendo a alocação de recursos e se constituindo em uma vantagem estratégica de sua utilização.

Pela amplitude de informações passíveis de divulgação no Relatório Anual, percebe-se o potencial da evidenciação ambiental de disseminar e, conseqüentemente, fomentar práticas ambientalmente sustentáveis, junto aos diversos agentes e ao mercado.

<sup>8</sup>Agenda 21: elaborada no âmbito da Rio 92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela pesquisa, identificou-se que além dos usuários internos (administradores e acionistas), os demais usuários (governo, funcionários e sociedade) também se beneficiam com as informações produzidas pela Contabilidade, pela característica de prestação de contas que a evidenciação possui.

Considerando as atividades de uma instituição do ramo financeiro, as informações contábeis de natureza ambiental favorecem a eficiência na gestão interna desses recursos e, sobretudo, podem colaborar para um contexto de sustentabilidade ambiental ao fomentar a produção com a liberação de crédito pautada em critérios social e ambientalmente sustentáveis (este último tendo sido objeto da presente pesquisa).

Considera-se que a pesquisa atingiu seu objetivo ao verificar que a Contabilidade Ambiental é uma importante ferramenta de caráter essencialmente informativo, capaz de dotar os diversos usuários de informações econômico-financeiras e estratégicas relevantes ao processo decisório voltado à sustentabilidade ambiental.

Importante considerar que as informações econômico-financeiras e estratégicas, relativas a eventos de natureza ambiental, possibilitam a mitigação dos riscos contingentes e a geração de vantagens competitivas oriundas da reformulação dos processos produtivos.

Além disso, acredita-se que a abordagem ambiental da Contabilidade contribui para um cenário de sustentabilidade ambiental ao subsidiar decisões voltadas aos processos produtivos, direcionando-os ao uso de tecnologias alinhadas com os conceitos de sustentabilidade, cada vez mais requisitados pela sociedade.

Uma dificuldade da pesquisa, ocorrida na etapa de levantamento das informações para análise, é a disposição dos elementos ao longo do Relatório Anual. Se considerada a disposição utilizada no modelo ISAR/UNCTAD, para o Relatório Anual, esse fato prejudica a comparabilidade entre os períodos estudados. É importante registrar que não há exigência legal para essa padronização e que,

apesar disso, percebeu-se uma tendência da empresa à disposição conforme o modelo ISAR/UNCTAD, nas divulgações mais recentes.

Portanto, é desejável que haja fomento à normatização contábil de temática ambiental, alinhada a conceitos que valorizem a visão de desenvolvimento econômico sustentável, e dentro de uma padronização que favoreça a comparabilidade das informações, entre organizações.

Uma limitação da pesquisa é o fato de se restringir às variáveis e aos elementos do Relatório Anual previstos no modelo escolhido. Dessa forma, caso seja utilizado outro parâmetro de análise, os resultados podem variar. Importante lembrar que o modelo ISAR/UNCTAD de evidenciação ambiental consolida pesquisa da ONU acerca das melhores práticas de evidenciação ambiental, em nível mundial.

Durante o estudo, identificou-se que as instituições financeiras, apesar de se tratar de empresas aparentemente não poluentes, podem ser responsabilizadas civilmente por danos causados ao meio ambiente, por atuarem como poluidoras indiretas, segundo a Lei nº 6.938<sup>2</sup>, de 1981 (apud MONDAINI<sup>3</sup>, 2009, p.2), nos seguintes casos:

- ✓ financiamento de projetos de investimento;
- ✓ financiamento de atividades ou projetos na área de biotecnologia;
- ✓ como proprietárias de imóveis, contaminados ou em desacordo com a legislação ambiental, oferecidos em garantia de empréstimos;
- ✓ como novas proprietárias de imóveis tombados; e
- ✓ em financiamento imobiliário em áreas contaminadas.

Dessa forma, reforçou-se a relevância da pesquisa, e de seus objetos de estudo, com a constatação de que as instituições financeiras possuem significativa responsabilidade ambiental em suas atividades como financiadores, sujeitos ao “dever de defesa” do meio ambiente, e com papel de promotores e garantidores do desenvolvimento sustentável, “viabilizando ambientalmente as futuras gerações”, segundo Mondaini (2009, p.1).

<sup>1</sup>Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 – Lei de Política Nacional do Meio Ambiente.

<sup>2</sup>Fernando Cesar Maia Mondaini – analista do Departamento de Organização do Sistema Financeiro no Banco Central do Brasil.

Sem a pretensão de estabelecer julgamentos acerca das informações divulgadas pela empresa, não se buscou efetuar análise do discurso, mas somente avaliar o conteúdo disponibilizado, a fim de verificar o potencial da evidenciação ambiental de ser usada como uma ferramenta pelos agentes interessados na atuação da organização. E, aliado a esse objetivo, demonstrar que o construto da Contabilidade Ambiental pode ser significativo para decisões ambientalmente sustentáveis, se for desenvolvido e aperfeiçoado para essa finalidade.

Acerca do padrão GRI - *Global Reporting Initiative* utilizado pela empresa no tratamento das informações ambientais, ressalte-se que ele apresenta abrangência mais voltada à gestão ambiental e à geração de informações ambientais, segundo Nossa (apud SILVA, 2008, p.6). Já o modelo proposto pelo ISAR/UNCTAD, e escolhido como parâmetro para a pesquisa, alinha as questões ambientais direcionando-as para a Contabilidade propriamente dita.

Isso colabora para o fato de haver pouca divulgação de informações monetárias de natureza ambiental, na evidenciação estudada, na qual prevalecem dados não monetários, como compromissos, políticas, iniciativas e responsabilidades da organização.

Quanto à necessidade de desenvolvimento e normatização da Contabilidade Ambiental para um contexto de Desenvolvimento Sustentável, e considerando os resultados identificados na pesquisa, percebe-se a relevância das palavras de Bacarji<sup>3</sup>, ao comentar o seminário internacional “Índices de Sustentabilidade – Análises e Perspectivas” ocorrido na BM&F Bovespa em 26/11/2010. O discurso de Bacarji considera as expectativas do empresariado nacional, órgãos governamentais e ONGs, e alerta para o fato de que:

[...] a transição para a nova economia começa a ficar emperrada por falta de regulamentações, padrões internacionais, acordos globais e, especialmente, pela falta de ferramentas contábeis, capazes de fazer um complexo de realinhamento dos preços na nova economia, sem falar na questão do financiamento das novas tecnologias para mitigação e adaptação.

<sup>3</sup>Bacarji - Celso Dobes Bacarji é jornalista e produtor de conteúdos especiais da editora Envolverde. Disponível em <[http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/4849/servicos\\_do\\_portal/noticias/itens/bolsa\\_acoes\\_cada\\_vez\\_mais\\_sustentaveis\\_.aspx](http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/4849/servicos_do_portal/noticias/itens/bolsa_acoes_cada_vez_mais_sustentaveis_.aspx)> Acesso em: 24 mai. 2011.

## REFERÊNCIAS

BRAGA, Célia. **Contabilidade ambiental: ferramenta para a gestão da sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. BANCO DO BRASIL S/A. **Relatórios Anuais 2005-2009**. Brasília, DF, 2005-2009. Disponível em <[www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)>. Acesso em: 1º sem./2011.

EVANGELISTA, Viviane. **Jardins Educadores: ensaio sobre agroecologia e permacultura na escola pública**. Brasília: UnB, 2010. Apresentada como dissertação de Pós-Graduação, Universidade de Brasília, 2010. Disponível em <[http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/6499/1/2010\\_VivianeEvangelistadosSantos.pdf](http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/6499/1/2010_VivianeEvangelistadosSantos.pdf)>. Acesso em: 01 jun.2011.

FERREIRA, ARACÉLI. SIQUEIRA, JOSÉ. GOMES, MÔNICA, organizadores. **Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais**. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Giovanni de Araujo et al. **Responsabilidade Socioambiental Corporativa e Indicador de Maturidade Mediando Desempenho Estratégico para as Organizações**. *Revista de Ciências da Administração*, Santa Catarina, v. 12, n. 26, jan./abr. 2010. Disponível em <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/13584>>. Acesso em: 15 abr. 2011.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

LINDSTAEDT, Ângela Rozane de Souza; OTT, Ernani. Evidenciação de Informações Ambientais pela Contabilidade: um estudo comparativo entre as normas internacionais (ISAR/UNCTAD), norte americanas e brasileiras. *Contab. Vista & Rev.*, Minas Gerais, v. 18, n. 4, out./dez. 2007. Disponível em <http://www.face.ufmg.br/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/338>. Acesso em: 02 jun. 2011.

LIMA, Luiz Henrique. **Controle do Patrimônio Ambiental Brasileiro**. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 2001.

MINAYO, C. M. (Org.). **Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONDAINI, Fernando Cesar Maia. A Responsabilidade Ambiental das Instituições Financeiras. **Boletim Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema**

**Financeiro**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 49, p. 1-2, dez. 2009. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/pre/boletimrsa/BOLRSA201004.pdf>. Acesso em: 02 jun.2011.

NASCIMENTO, Luís F. **Gestão Ambiental e a Sustentabilidade**. Apostila elaborada para o curso de administração na modalidade a distância. Brasília: UnB, 2008.

NEVES, José Luis. Pesquisa Qualitativa – Características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v.1, nº 3, 2º sem./1996.

SILVA, Cintia R. G; LINHARES, Robson S. **Disclosure Ambiental: um estudo nas maiores sociedades anônimas do Espírito Santo**. In CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE DA USP, 5. **Anais eletrônicos**. São Paulo, 2008. Disponível em <http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos82008/default.asp?con=2>. Acesso em: 18.mai 2011.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia da pesquisa**. Apostila elaborada para o curso de administração na modalidade a distância. Brasília: UnB, 2009.

**APÊNDICE A – Complemento do Quadro 5: Comparação dos Relatórios Anuais do Banco do Brasil S/A, de 2005 a 2009, com critérios do ISAR/UNCTAD de evidenciação ambiental.**

Elemento do Relatório Anual, conforme proposta do ISAR/UNCTAD	Evidenciação Recomendada pelo ISAR/UNCTAD	Elemento do Relatório Anual, conforme divulgação do BANCO DO BRASIL S/A	Evidenciação Divulgada
A. Relatório do Presidente	A.1 Compromisso da empresa na contínua melhoria do meio ambiente	Perspectiva Sociedade	<b>2005</b> Compromissos de “Fortalecer a visão de Responsabilidade Socioambiental como investimento permanente e necessário para o futuro da humanidade”, inclusive pautando “relacionamentos com terceiros a partir de critérios” que observem essa visão.
		Apresentação do Relatório	<b>2006</b> Compromisso com o tema da Sustentabilidade, dentre outros, “conciliando o alcance dos resultados econômicos com o respeito ao meio ambiente [...]”.
		Apresentação do Relatório  Sustentabilidade	<b>2007</b> A empresa quer “continuar a fazer o futuro” investindo na “consolidação das estratégias de atuação socioambiental”, dentre outras.  A empresa declara aprimorar continuamente a visão de responsabilidade socioambiental, estimulando ações e atendendo aos acionistas com o desenvolvimento de negócios social e ambientalmente sustentáveis.
			<b>2008</b> Fortalecer o compromisso com a sustentabilidade, com o lançamento da Agenda 21 da empresa.
			<b>2009</b> Não verificados.
	A.2 Melhorias significativas desde o último relatório		<b>2005 a 2006</b> Não verificados.
		Apresentação do Relatório  Apresentação do Relatório	<b>2007</b> A evolução do posicionamento sustentável a um modelo de prestação de contas, ressaltando a importância de repensar paradigmas, buscando soluções inovadoras e sustentáveis para o futuro.  O relatório é resultado do segundo ano de trabalho da empresa para adequar sua prestação de contas à terceira geração das diretrizes do <i>Global Reporting Initiative (GRI)</i> , modelo de Relatório de Sustentabilidade reconhecido internacionalmente.
			<b>2008 a 2009</b> Não verificados.
B. Relatório por Segmento de Negócios	B.1 Dados segmentados do desempenho das questões do meio ambiente		<b>2005</b> Não verificados.

		Perspectiva Sociedade	<b>2006</b> Declaração de que a empresa impulsiona a economia e o desenvolvimento dos municípios junto a produtores rurais, exportadores e micro e pequenos empresários, buscando alinhar resultado econômico com questões sociais e com o uso sustentável dos recursos ambientais.
		Sustentabilidade	<b>2007</b> Disponibilização de produtos e serviços com atributos ambientais, como: - BB Biodiesel, apoiando o uso de energia limpa e renovável; - BB Florestal, ampliando a produção de madeira certificada.
			<b>2008 a 2009</b> Não verificados.
	<b>B.2</b> Melhorias nas áreas-chaves desde o relatório anterior		<b>2005</b> Não verificadas.
		Índice GRI	<b>2006</b> Iniciou a adoção dos indicadores propostos pela <i>Global Reporting Initiative (GRI)</i> , reconhecidos internacionalmente, com o objetivo de otimizar a divulgação de seu resultado, sob a óptica socioambiental.
		Perspectiva Sociedade	Criação do grupo RSA – Responsabilidade Socioambiental, com o objetivo de mapear e integrar as ações sociais e ambientais desenvolvidas, buscando ampliar os benefícios produzidos.
			<b>2007 a 2009</b> Não verificados.
<b>D. Relatório Financeiro e Operacional</b>	<b>D.1</b> Questões-chave do meio ambiente que a empresa defronta a curto e médio prazo	Perspectiva Sociedade	<b>2005</b> Desenvolvimento do programa Agenda 21 da empresa;  Incorporação nesta agenda do Plano de Responsabilidade Socioambiental 2003-2007.  Adesão aos Princípios do Equador, relacionados à gestão de questões socioambientais associadas a operações de financiamento de projetos.  Inspirada nos Princípios do Equador, a empresa iniciou a adoção de critérios socioambientais na avaliação de limite de crédito de um segmento de empresas.
			<b>2006 a 2009</b> Não verificados.
	<b>D.2</b> Planos para as respectivas abordagens		<b>2005 a 2009</b> Não verificados.
	<b>D.3</b> Andamento das abordagens das mudanças exigidas por requisitos legais		<b>2005 a 2009</b> Não verificado.
	<b>D.4</b> Níveis atuais e projetados dos dispêndios com as questões ambientais	Perspectiva Sociedade	<b>2005</b> O formulário Balanço Social Anual 2005 possui campo para informações de investimentos em Meio Ambiente, no item 4 – Indicadores ambientais. Dispêndios não informados.
			<b>2006</b>

		Perspectiva Sociedade	Divulgado o total de R\$ 38 mil em investimentos em meio ambiente, no Balanço Social.
		Sustentabilidade	<b>2007</b> Dispêndio de R\$ 569 milhões destinado a crédito pelo programa BB Florestal.
			<b>2008 a 2009</b> Não verificados.
	<b>D.5</b> Assuntos legais pendentes		<b>2005 a 2009</b> Não verificados.
<b>E.</b> Relatório da Diretoria	<b>E.1</b> Declaração da política ambiental		<b>2005 a 2009</b> Não verificados.
<b>F.</b> Divulgação (disclosure) de Políticas Contábeis	<b>F.1</b> Estimativa de provisões e contingências		<b>2005 a 2009</b> Não verificados.
	<b>F.2</b> Política de capitalização		<b>2005 a 2009</b> Não verificados.
	<b>F.3</b> Política de recuperação de ativos		<b>2005 a 2009</b> Não verificados.
	<b>F.4</b> Política de descontaminação e recuperação de terrenos		<b>2005 a 2009</b> Não verificados.
	<b>F.5</b> Política de depreciação		<b>2005 a 2009</b> Não verificados.
	<b>F.6</b> Demonstração de resultados		<b>2005</b> Não verificados.
		Perspectiva Sociedade	<b>2006</b> Divulgação do cumprimento parcial de metas de responsabilidade ambiental na função de repassador de recursos do BNDES, e em percentual de agências pertencentes aos agrupamentos com foco em DRS <sup>5</sup> .
		Perspectiva Sociedade	Divulgação de volume de 1,3 mil planos de negócios DRS em elaboração e mil já aprovados e em implementação, no final de 2006.
		Mensagem do Presidente	<b>2007</b> Divulgação de volume de 2,8 mil planos da estratégia DRS.
<b>G.</b> Demonstração de Resultado	<b>G.1</b> Despesas excepcionais ligadas ao meio ambiente		<b>2005 a 2009</b> Não verificados.
	<b>G.2</b> Outros custos e benefícios ligados ao meio ambiente		<b>2005</b> Não verificados.
		Perspectiva Sociedade	<b>2006</b> Informação sobre a captação de R\$ 17 milhões no fundo BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial, no ano, com retorno de 32,8%.
			<b>2007</b> Informação sobre a captação de R\$ 10,4 bilhões no fundo BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial, no ano, com retorno de 37,7%.  Informação sobre a captação de R\$ 16 bilhões no ano, no fundo BB Referenciado DI Social 200 (com atributo socioambiental), com retorno de 32,8%.
			<b>2008 a 2010</b> Não verificados.
<b>H.</b> Balanço	<b>H.1</b> Provisões		<b>2005 a 2009</b>

Patrimonial	ligadas ao meio ambiente		Não verificados.
	<b>H.2</b> Provisões para descontaminação		<b>2005 a 2009</b> Não verificados.
	<b>H.3</b> Custos ligados ao meio ambiente, capitalizados		<b>2005 a 2009</b> Não verificados.
	<b>H.4</b> Recuperação esperada		<b>2005 a 2009</b> Não verificados.
<b>I.</b> Notas Explicativas	<b>I.1</b> Responsabilidades contingentes ligadas ao meio ambiente e às respectivas explicações		<b>2005 a 2009</b> Não verificados.
<b>J.</b> Outras Informações	<b>J</b>		<b>2005</b> Não verificadas.
			<b>2006</b> A empresa apóia, desde 2005, o pedido de abertura de informações sobre a emissão de gases de efeito estufa, enviado a 500 empresas do mundo, o <i>Carbon Disclosure Project (CDP)</i> . Iniciativa apoiada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.
		Mensagem da Administração	<b>2007</b> Declaração de que o bom desempenho da empresa foi alcançado “de maneira sustentável, buscando o alinhamento entre resultados econômicos e a atuação socioambientalmente correta”.
			<b>2008 a 2009</b> Não verificados.

Quadro 6: Complemento do quadro 5 - Comparação dos Relatórios Anuais do Banco do Brasil S/A, de 2005 a 2009, com critérios do ISAR/UNCTAD de evidenciação ambiental.